

**ANÁLISE DO ESPAÇO PÚBLICO URBANO: o caso do Parque Mangal das Garças**

**ANALYSIS OF URBAN PUBLIC SPACE: the case of Mangal das Garças Park**

**ANÁLISIS DEL ESPACIO PÚBLICO URBANO: el caso del Parque Mangal das Garças**

**Fernanda da Silva de Andrade Moreira**

Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido da Universidade Federal do Pará – PPGDSTU/NAEA/UFPA.  
fsamoreira@hotmail.com

**Karen de Nazareth Santos Nogueira**

Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido da Universidade Federal do Pará – PPGDSTU/NAEA/UFPA.  
kns.nogueira@hotmail.com

**Recebido para avaliação em 26/03/2019; Aceito para publicação em 05/05/2019.**

**RESUMO**

Os espaços públicos urbanos têm sido objeto de estudos frequentes, pois, são nesses espaços que ocorre a produção social da cidade. Entendem-se como espaços públicos, em seu sentido físico, a praça, a rua, os parques entre outros. O presente estudo tem como objetivo central analisar o espaço do Parque Mangal das Garças, investigando os conceitos de espaços públicos e suas novas formas de exteriorização, no intuito de perceber de que maneira a população de Belém o percebe como espaço público no seu sentido mais amplo: o de instrumento para a promoção do direito à cidade. A metodologia utilizada foi a de entrevista orientada com 20 transeuntes no dia 18 de setembro de 2017 aplicada sob o suporte teórico de estudiosos da área.

**Palavras-chave:** Urbanização; Espaços Públicos; Produção Social; Acessibilidade.

**ABSTRACT**

The urban public spaces have been the object of frequent study, since it is in these spaces that the social production of the city occurs. They are understood as public spaces, in their physical sense, the square, the street, the parks among others. This study aims to analyze the space of Mangal das Garças Park, investigating the concepts of public spaces, and their new forms of exteriorization, in order to understand how the population of Belém perceives it as a public space in its broadest sense the instrument for the promotion of the right to the city. The methodology used was an interview with 20 passers-by on September 18, 2017 applied to the theoretical support of scholars in the area.

**Keywords:** Urbanization; Public Spaces; Social Production; Accessibility.

**RESUMEN**

Los espacios públicos urbanos han sido objeto de estudio frecuente, pues, son en esos espacios que ocurre la producción social de la ciudad. Se entiende como espacios públicos, en su sentido físico, la plaza, la calle, los parques entre otros. Este estudio tiene como objetivo central analizar el espacio del Parque Mangal das Garças, investigando los conceptos de espacios públicos, y sus nuevas formas de exteriorización, con el fin de percibir de qué manera la población de Belén lo percibe

como espaço público em su sentido más amplio : el de instrumento para la promoción del derecho a la ciudad. La metodología utilizada fue la de entrevista orientada con 20 transeúntes el día 18 de septiembre de 2017 aplicada al soporte teórico de estudiosos del área.

**Palabras clave:** Urbanización; Espacios Públicos; Producción Social; Accesibilidad.

---

## INTRODUÇÃO

Segundo Harvey (2012, p. 74), “as cidades emergiram da concentração social e geográfica do produto excedente. Portanto, a urbanização sempre foi um fenômeno de classe, já que o excedente é extraído de algum lugar e de alguém, enquanto o controle sobre sua distribuição repousa em umas poucas mãos”.

Essa lógica é seguida em todo o mundo. Hoje se fabricam cidades obras. E no seio dessas cidades surgem os espaços urbanos, os quais deveriam ser palcos das relações sociais ali travadas, condições de reprodução social e meios de realização social. Para Lefebvre (2001, p. 118), “o espaço não se trata de um produto como qualquer outro, nem um objeto, coisa, mercadoria ou a soma delas. Tampouco se trata de um instrumento, mas sim do mais importante dos instrumentos, o pressuposto de toda produção e de todo intercâmbio”.

Entendendo o espaço urbano como força motriz, é preciso refletir sobre os espaços públicos urbanos. Aqui se percebe que esses espaços vão além de dicotomias. É um terreno onde deveriam se exprimir tensões, conflitos dos diferentes atores que os permeiam. No entanto, esses espaços são vistos como produtos, são permeados de barreiras físicas e simbólicas, o que os tornam inacessíveis para grande parte da população.

Dessa forma, o espaço público *vitrine* perde seus principais atributos, quais sejam: o da coabitabilidade dos diferentes, o de ser palco da reprodução social e de proporcionar a difusão de conhecimento.

Motivado por essas reflexões, este artigo apresenta aspectos da urbanização, conceitos de espaços públicos, e suas novas formas de exteriorização, no intuito de analisar de que maneira a população de Belém percebe o Parque Mangal das Garças como espaço público no seu sentido mais amplo: o de instrumento para a promoção do direito à cidade. Para tanto, foram entrevistados 20 transeuntes no dia 18 de setembro de 2017, com base no aporte teórico de estudiosos da área.

## URBANIZAÇÃO E O PROCESSO DE REPRODUÇÃO DE RELAÇÕES CAPITALISTAS DE PRODUÇÃO

Harvey (2012, p. 74) afirma que,

desde o início, as cidades emergiram da concentração social e geográfica do produto excedente. Portanto, a urbanização sempre foi um fenômeno de classe, já que o excedente é extraído de algum lugar e de alguém, enquanto o controle sobre sua distribuição repousa em umas poucas mãos. Esta situação geral persiste sob o capitalismo, claro, mas como a urbanização depende da mobilização de excedente, emerge uma conexão estreita entre o desenvolvimento do capitalismo e a urbanização. Os capitalistas têm de produzir excedente para obter mais-valia; esta, por sua vez, deve ser reinvestida a fim de ampliar a mais-valia. O resultado do reinvestimento contínuo é a expansão da produção de excedente a uma taxa composta – daí a curva lógica (dinheiro, produto e população) ligada à história da acumulação de capital, paralela à do crescimento da urbanização sob o capitalismo.

Acompanhando essa lógica, percebe-se que a urbanização nos moldes capitalistas tende a suprimir a cidade em todas as esferas e com isso perde-se o direito à cidade. A relação entre urbanização e industrialização passa por alterações a partir do século XX. Se antes a industrialização trazia a necessidade de construção de moradias e rede infraestrutural, segundo Harvey (2001), a urbanização passa a ser o motor dos processos de transformação social. Tal assertiva tem consequências sobre o entendimento de alguns fenômenos dentre os quais o esforço teórico para reestruturar a tese marxista clássica ao entender que a alienação não mais é um fenômeno que se dá ao olhar para a fábrica, e sim olhar para a cidade. Logo se entende a cidade como produtora de alienação.

Se partirmos da ideia que a cidade industrial foi tornada a forma predominante de viver, entendemos que a cidade tem um cotidiano altamente regulado diferentemente de outros contextos históricos, cujas cidades foram produzidas e pensadas a partir do uso das pessoas, do cotidiano, para o encontro. À medida que se compara isto às cidades industriais, pensadas a partir de outra lógica, o que se tem de acordo com Lefebvre (2001) é uma não cidade.

No Brasil, usou-se o mesmo raciocínio. Baseado no desenvolvimento desigual e contraditório, o capitalismo moderno se assenta no caráter rentista da terra, onde capitalistas industriais e urbanos são, ao mesmo tempo, latifundiários. “Na região amazônica tal fusão foi viabilizada através de política econômica de incentivos fiscais que teve a SUDAM como principal instrumento, fazendo dos capitalistas urbanos os maiores proprietários de terra na região” (OLIVEIRA, 2001, p. 185).

Com a estrutura fundiária violentamente concentrada no campo, uma parcela cada vez maior da população do campo é empurrada para as áreas urbanas, forçando o homem a migrar para a cidade, estabelecendo nesta a sua residência principal. Segundo Santos (1993, p. 29), “as cidades passam a ser entendidas como organizações estritamente humanas, nas quais o homem atua com toda a sua força e plenitude, transformando a natureza em função

de suas necessidades”. Desse modo há uma grande concentração de pessoas na cidade com transformações relevantes nas suas configurações física e social.

Nesse contexto, Bahia (2014, p. 80) afirma que,

para Santos (2009), a urbanização atingiu a maturidade no século XIX, mas adquiriu as características atuais e se generalizou a partir das três últimas décadas do século XX, avolumando-se de tal forma que, atualmente, há mais do que uma separação tradicional entre um Brasil urbano e um Brasil rural, tendo-se uma verdadeira distinção entre um Brasil urbano (incluindo-se as áreas agrícolas) e um Brasil agrícola (incluindo-se as áreas urbanas).

No caso da Amazônia, conforme relata Cruz et al. (2011, p. 92),

os índices de urbanização tiveram crescimento lento até os anos 1960, quando a situação se altera em função do desenvolvimento das telecomunicações, da infraestrutura rodoviária, do consumo e da maior amplitude no intercâmbio com as demais regiões do país, estimulado pela industrialização e pela modernização da economia e do Estado brasileiro.

Assim, a Amazônia tornou-se um espaço de expansão e projeção das relações capitalistas de produção. Trindade Jr. (2016, p. 67) diz

que a urbanização amazônica é uma decorrência do processo de industrialização verificado no país, no qual a fronteira econômica se coloca como uma necessidade de busca de recursos que atendam não só à dinâmica econômica mundial, como também à industrialização interna; ainda que a industrialização não seja, como no caso de Belém, o elemento propulsor direto da metropolização .

Com o surgimento dessas cidades, inevitavelmente, surgem os espaços urbanos, que são produtos das relações sociais ali travadas, são condições de reprodução social e são meios de realização social. Segundo Castro e Santos (2006, p. 27), “o processo de produção da sociedade é ao mesmo tempo o da produção do espaço, com suas práticas de sociabilidade, de conflitos e com as contradições que continuamente interpõem os indivíduos entre eles mesmos”.

De acordo com Lefebvre, a miséria urbana não é a miséria relacionada à precariedade dos que não têm emprego e moradia, mas sim o efeito imediato da ausência de espaços de lazer e criatividade, mais sentido pelas classes menos privilegiadas, que têm todo seu tempo tomado pelo trajeto de casa ao trabalho sem nenhuma opção de espaço. Isso saqueia a possibilidade do encontro, da revolução, da manifestação do desejo; o contrário disso é o que Lefebvre (2001) chama de direito à cidade. O que, de acordo com o autor, seria o direito de transformar e projetar uma nova cidade, com base nas necessidades das pessoas, predomínio dos valores de uso e autogestão em todos os âmbitos da vida.

## ESPAÇOS PÚBLICOS COMO ESPAÇOS SOCIALMENTE PRODUZIDOS

Para Lefebvre (2001, p. 12), “o espaço vai além do seu sentido físico, das suas barreiras”. O autor considera o espaço como um produto – entendendo os conceitos de produto e produção no sentido amplo, filosófico –, mas não se trata de um produto como qualquer outro, nem um objeto, coisa, mercadoria ou a soma delas. Tampouco se trata de um instrumento, mas sim do mais importante dos instrumentos, o pressuposto de toda produção e de todo intercâmbio. O espaço está essencialmente vinculado com a reprodução das relações sociais de produção.

Enquanto produto das relações sociais, o espaço deveria ser o palco da contradição, dos conflitos. E essa perspectiva, de acordo com Lefebvre, se apresenta a partir de três dimensões: prática espacial (espaço percebido), pautada a partir de práticas concretas e funcionais, da relação entre o homem e os suportes materiais, voltada à reprodução social; representação do espaço (espaço concebido), com representações e concepções intelectualmente elaboradas, ligadas ao planejamento e gestão; e espaço de representação (espaço vivido), a partir de símbolos, imagens e vivências residuais ligadas às práticas cotidianas dos diversos sujeitos produtores do espaço.

Paralelo, Lefebvre pensa na dialética: espaço abstrato versus espaço social. Aquele é homogêneo, baseado no valor de troca, fragmentado, quantitativo e regulado. Já o espaço social é diferenciado, pautado no valor de uso, socialmente coeso, heterárquico, qualitativo e autogestionado.

Assim, o direito à cidade representa a reivindicação dos homens em criar, transformar, decidir sobre a produção do espaço da cidade. No entanto, vive-se a era do espaço abstrato, na qual a cidade historicamente formada não existe mais e nem é apreendida. O espaço urbano, portanto, deixa de ser palco fundamental para a externalização da produção social da cidade, mais especificamente, os espaços públicos.

Nesse sentido, as reflexões de Lefebvre são, sem dúvidas, fundamentais para análise do papel do espaço público na cidade contemporânea. “Se o espaço público é, sobretudo, social, ele contém antes de tudo as representações das relações de produção, que, por sua vez, enquadram as relações de poder, nos espaços públicos” (SERPA, 2009, p. 19).

Para Bahia (2014, p. 126), “espaço público é um espaço que não se caracteriza unicamente pelo local físico-geográfico, pois não é só o *locus* ou só o “palco” onde as coisas acontecem, este é, sobretudo, um espaço socialmente produzido, contendo um significado simbólico para as pessoas”.

Serpa (2009, p. 16) aduz que,

Entre os chamados filósofos do espaço público destacam-se sem dúvidas as configurações de Hannah Arendt e Jurgen Habermas. Na obra Arendt, o espaço público aparece como lugar da ação política e de expressão de modos de subjetivação não identitários em contraponto aos territórios familiares e de identificação comunitária. Já para Habermas, o espaço público seria o lugar *par excellence* do agir comunicacional, o domínio historicamente constituído da controvérsia democrática e do uso livre e público da razão.

Como espaço físico, o espaço público pode ser a praça, a rua, um centro comercial, uma praia, etc. Na realidade, a função de base tem pouca importância; o principal é que seja um espaço, qualquer um, onde não haja obstáculos, senão normas gerais e lógicas para o acesso e a participação.

Para Gomes (2012, p. 30):

Em síntese, esse espaço público é o terreno permanente de tensão entre as diferenças e a possibilidade da vida em comum. Ele aparece, por isso, como condição primeira da expressão de uma individualidade que deve conviver com um universo plural.

A discussão sobre o entendimento do que sejam espaços públicos ainda causa incertezas e indefinições (GOMES, 2012), para compreender, é necessário, entendê-lo na sua concretude. Ao discutirmos espaços públicos pela perspectiva do planejamento urbano perde-se a capacidade de apreensão do espaço enquanto representação, onde está contida a diversidade e coabitação dos diferentes.

Dá a necessidade de entendimento sobre como os usuários do parque Mangal das Garças percebem o espaço como público, baseado em suas opiniões, mediante seu uso e percepções do espaço.

## **ESTUDO DE CASO: Mangal das Garças**

Ao lado dessas definições teóricas entra o senso comum sobre o que é espaço público. Para mostrar esse contraponto, foram realizadas entrevistas com frequentadores, um total de 20, do espaço Mangal das Garças no dia 18 de setembro de 2017. Antes, porém, cabe um breve relato sobre este espaço.

Segundo Figueiredo (2008, p. 85),

a cidade de Belém apresenta espaços tradicionais públicos e semi-públicos centrados em parques e praças. Espaços como a Estação das Docas, o Parque da Residência, o Feliz Lusitânia e o Mangal das Garças são construídos para dar vazão às ideias de aumento de áreas para lazer, cultura e turismo, e criação de atrações, tal qual fora feito com Curitiba.

O Parque Ecológico Mangal das Garças, localizado às margens do Rio Guamá, no entorno do Centro Histórico da cidade, é fruto de revitalização de uma área de 40 mil m<sup>2</sup> adjacente ao Arsenal da Marinha e antes pertencente ao 4º Distrito Naval. A vegetação predominante na área, o aningal, foi preservada. O parque naturalístico orçado em R\$ 15 milhões iniciou suas obras em 2001 e foi inaugurado no dia 12 de janeiro de 2005.

O Parque possui as seguintes áreas: o Borboletário José Márcio Ayres, o Farol de Belém, o Viveiro das Aningas, o Memorial Amazônico da Navegação, o Restaurante Manjar das Garças, o Mirante do Rio, o Armazém do Tempo, a Fonte de Caruanas, o Lago Cavername e o Lago da Ponta.

Figura 01 – Croqui do Parque Mangal das Garças



Fonte: Moreira e Nogueira, 2017.

O espaço Mangal das Garças é controlado pelo Governo do estado do Pará, portanto, ao menos no papel, é considerado um espaço público. Na percepção popular, para um entrevistado, espaço público é:

*“Espaço em que tem livre acesso a toda à população e.... não sei.... um espaço que tenha um benefício social, que as pessoas podem ir e vir, transitar livremente e desfrutar, não só da beleza, mas, às vezes, pode ser um teatro, pode ser outra coisa... não sei...”*

Gomes (2012, p. 21-23) aduz que,

em primeiro lugar, esse tipo de espaço não pode continuar a ser concebido simplesmente pela oposição ao privado, segundo um sistema binário pelo qual tudo que não fosse público seria privado. Em segundo lugar, considerar público aquele tipo de local que é juridicamente estabelecido como tal significa, talvez, inverter a lógica de uma operação que não pode partir do texto da lei que regulamenta a existência de um espaço por força de certos objetivos, quando, de

fato, a existência desse espaço deve preceder a própria lei que, desse modo, simplesmente o reconhece. Finalmente uma terceira fonte de problema e de mal entendidos é a definição que parte do pretense atributo do livre acesso, visto como elemento constitutivo do espaço público. Por um lado, essa definição faz tabula rasa de outras categorias do espaço que podem também possuir esse atributo sem que isso seja suficiente para dizermos que se trata de um espaço do tipo público.

Desconstruídos esses argumentos, percebe-se que os espaços públicos vão além de dicotomias. É um terreno onde deveriam se exprimir tensões, conflitos dos diferentes que os permeiam. Esse é o conceito que deveria se aplicar a todos os espaços públicos, no entanto, a prática dominante nesses espaços é outra, inclusive no Mangal das Garças.

Entretanto, para ser espaço público deve-se considerar uma acessibilidade generalizada e irrestrita a um espaço, o qual deve significar muito mais do que “o simples acesso físico a espaços ‘abertos’ de uso coletivo” (SERPA, 2009, p. 16).

Ressalte-se que essa acessibilidade extrapola a barreira física, muitas vezes esses espaços são permeados de barreiras simbólicas, o que dificultam o seu uso por parte da população. Essas barreiras já são visíveis em muitos casos. Para um entrevistado, analisando o *locus* da pesquisa, o mesmo assevera o seguinte:

*“Bom, espaço público, eu acredito que seja.... eu acho que o Mangal não é um espaço público para te falar a verdade, por que têm dias que eles cobram a entrada, então pra mim espaço público é um espaço que todo e de qualquer público, qualquer área, qualquer e... socioeconômico, classe social pode entrar. E a partir do momento que tu delimita, olha tal dia tu paga para subir ali no elevador tu paga, pra entrar aqui tu paga, então não é um espaço público. É um espaço reservado para um tipo de classe”.*

Segundo Serpa (2009, p. 16),

a acessibilidade ao espaço público, ou seja, à própria cidade e aos equipamentos públicos componentes da mesma –, não é somente física, pois possui subjetividades e nuances “que ultrapassam o *design* físico de ruas, praças, parques, largos, *shoppings centers* e prédios públicos”. Essa acessibilidade não se reduz à questão material, mas pressupõe, igualmente, representações sociais e é carregada de simbolismos, com algumas interdições (barreiras físicas, paisagísticas, imagéticas etc.) que dificultam a acessibilidade dos indivíduos ao espaço.

Essa acessibilidade restrita tem reflexo direto na maneira de enxergar o espaço. Um entrevistado assevera que:

*“Espaço público, que eu percebo é quando.... primeiro que hoje as pessoas fazem espaço público, mas eles botam uma portaria pra cobrar. Né, então deixa de ser público... já é.... praticou lá o privado. Público é quando você entra e sai sem cobrar nada. Isso, pra mim, é um espaço público, onde tem circulação de todo tipo de pessoa”.*

Em verdade, a lógica reinante é de espaços públicos com uma justaposição de espaços privados, os quais não interagem entre si. E muitas vezes a incorporação do espaço público dentro das cidades é seletiva, apenas parte da população consegue acessá-lo. Aqui se reproduz a lógica capitalista com a produção de espaço para os que possuem mais e essa reprodução é cada vez mais frequente. Harvey (2014, p. 162) assevera que, “a criação desse tipo de espaço público diminui radicalmente, em vez de aumentar, a potencialidade de comunalização de todos – a não ser os muito ricos”.

Paralela a essa construção de barreiras físicas e simbólicas, Serpa (2009, p. 26 e 98) afirma que:

A palavra de ordem é, portanto, investir em espaços públicos “visíveis”, sobretudo os espaços centrais e turísticos, graças às parcerias entre os poderes públicos e as empresas privadas. Esses projetos sugerem uma ligação clara entre “visibilidade” e espaço público. Eles comprovam também o gosto pelo gigantismo e pelo “grande espetáculo” em matéria de arquitetura e urbanismo.

Corroborando com esse pensamento, Bahia (2014, p. 131) diz que, muitas vezes, “agentes do poder público adotam uma lógica de planejamento dos espaços públicos, prioritariamente voltados para o olhar externo, objetivando a visibilidade da cidade numa perspectiva de *marketing* turístico”. Ou seja, busca-se a venda de imagem da cidade compatível aos anseios do mercado, sem levar em consideração os anseios das populações locais.

Resta, pois, uma ligação clara entre visibilidade e espaço público. Nesse sentido, Arantes (1998, p. 35) afirma que,

a concepção (e a promoção) do Parque público como cenário, destinado à fascinação dos futuros usuários, tem transformado-o em uma espécie de imagem publicitária das administrações locais, sem nenhuma continuidade com práticas sociais que pudessem dar algum conteúdo e significado.

Dessa forma, outro ponto importante a ser observado dentro desse espaço público é que o mesmo serve muito mais como ponto de contemplação e uso de cenário. Nesse sentido, a finalidade principal do Parque pelos entrevistados era a de usá-lo como cenário para ensaios fotográficos. Para um entrevistador, o motivo da visita:

*“É por que é meu ensaio fotográfico da formatura”.*

Para outro era a:

*“Sessão de foto da minha esposa aí”.*

Figura 02 – Ensaio Fotográfico no Parque Mangal das Garças



Fonte: Moreira e Nogueira, 2017.

Os espaços públicos assumem cada vez mais um caráter visual, sendo fabricados para o visível. O Mangal das Garças é percebido por muitos como um espaço público aberto, que tem visibilidade e com o “poder” de transportar o público para um local à parte da realidade da cidade e desconectado da vivência cotidiana. É utilizado para coisas pontuais, mas, não é acessível e tampouco é usado como local de sociabilidade.

*“É geralmente quando tem visita em casa, quando tem o conhecido de fora, a gente sempre vem aqui.... porque a gente acha aqui legal, um espaço legal, bem conservado, né?... Primeiro, porque aberto é. É acessível a qualquer pessoa que queira vir. Acredito que seja público sim.... Essa rua da Cidade Velha, eu particularmente acho tudo feio, tudo sujo, tudo pichado, tudo velho, tudo feio. Ai tu entra aqui é outra realidade, bonitinho, e bem preservado, e bem natural. Você está em contato direto com a natureza, bichinhos soltos, as árvores, eu acho, acredito que seja a maior atrativo”.*

**Figura 02** – Vista Panorâmica do Parque Mangal das Garças



Fonte: Mangal das Garças (2019).

Nesse contexto, segundo Figueiredo (2008, p. 90), “a contemplação é o uso mais adequado para esses espaços, na concepção dos seus planejadores, pois outras atividades não são motivadas pelo ordenamento espacial, e até são restringidas. E, como vitrine, tem na cultura um reforço do estereótipo, o típico, e por fim, a colagem”. Ou seja, o Mangal das Garças, enquanto espaço, é concebido pela lógica das relações de produção. O que invisibiliza as relações dos usuários com o mesmo na construção social do cotidiano, conforme Lefebvre, espaços de representação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através do presente estudo sobre a compreensão de espaço público, enquanto produto das relações sociais, percebeu-se que esses espaços são entendidos pelo senso comum como áreas públicas de livre acesso à população, ou locais de contemplação das belezas da cidade. Desse modo, foi possível analisar a maneira como se dá a apropriação dos espaços de usos coletivos por parte dos indivíduos no Parque Mangal das Garças, em Belém.

Seguindo a tendência, “os novos espaços públicos em Belém são dirigidos ao símbolo, e à representação, não só para o morador, mas também para o visitante” (FIGUEIREDO, 2008, p. 90). No parque em estudo não é diferente, esse espaço ganha cada vez mais visibilidade, afastando na mesma proporção à circulação de pessoas, principalmente dos diferentes.

Para Figueiredo (2008, p. 91), “a acessibilidade é prejudicada, no momento que o público (uma grande parte dos moradores da cidade) não consegue compor o espaço e, portanto, não incorpora como espaço de uso, mas sim de passagem”. Assim, o estudo de caso reforça esse entendimento: o acesso aos espaços públicos dentro das cidades é permeado de barreiras físicas e simbólicas, levando, em última instância, a uma (in)acessibilidade. É fundamental para se abrir os horizontes e *reconstruir* as cidades em seu sentido pleno e de fato passar a produzi-las socialmente.

Dessa forma, o espaço público *vitrine*, como o Parque Mangal das Garças, perde seu principal atributo, o da coabitabilidade dos diferentes, não sendo mais um produto das relações sociais e de reprodução social. Como consequência lógica, a população não o apreende como um espaço de produção social e se assiste ao surgimento da cidade obra.

## REFERÊNCIAS

ARANTES, O. **Urbanismo em fim de linha**. São Paulo: EDUSP, 1998.

BAHIA, M. C. **O lazer e as relações socioambientais em Belém, Pará**. Belém: NAEA, 2014.

CASTRO, E.; SANTOS, M. A. Belém de água e de portos: ação do Estado e modernização na superfície. In: CASTRO, E. (Org.). **Belém de águas e ilhas**. Belém: CEJUP, 2006. p.51-69

CASTRO, E. Introdução: uma incursão temática à Belém. In: CASTRO, E. (Org.). **Belém de águas e ilhas**. Belém: CEJUP, 2006. p. 13-21.

CRUZ, S. H. R.; CASTRO, E. M. R.; SÁ, M. E. R. Grandes projetos urbanos em metrópoles amazônicas: modernização e conflito. **Novos Cadernos do NAEA**, v. 14, n. 02, p. 89-116, 2011.

FIGUEIREDO, S. L. Espaços públicos nas cidades: notas sobre ordenamento, acessibilidade e turistificação. In: \_\_\_\_\_ (Org.). **Turismo, lazer e planejamento urbano e regional**. Belém: NAEA, 2008. p. 105-101.

GOMES, P. C. C. **A condição urbana**: ensaios de geopolítica da cidade. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

\_\_\_\_\_. Espaços públicos: um modo de ser do espaço, um modo de ser no espaço. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Olhares geográficos**: modos de ver e viver o espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. p. 19-41.

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ. Mangal das Garças. Disponível em: <<http://www.mangalpa.com.br>>. Acesso em: 15 out. 2017.

HARVEY, D. A criação dos bens comuns. In: \_\_\_\_\_. **Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana.** Tradução Jeferson Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2014. p. 134-189.

\_\_\_\_\_. **A produção capitalista do espaço.** 2. ed. São Paulo: Annablume, 2006.

\_\_\_\_\_. The right to the city. Traduzido do original em inglês por Jair Pinheiro. **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 29, p. 73-89, jul./dez. 2012.

LEFEBVRE, H. **Espaço e política.** Belo Horizonte: EdUFMG, 2008.

\_\_\_\_\_. **O direito à cidade.** Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

TRINDADE JR., S-C. C. **Formação Metropolitana de Belém (1960-1997).** Belém: Paka-Tatu, 2016.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira.** São Paulo: Ed. Hucitec, 1993.

SERPA, A. Acessibilidade. In: \_\_\_\_\_. **O espaço público na cidade contemporânea.** São Paulo: Contexto, 2009. p. 15-39.

SERPA, A. Visibilidade. In: \_\_\_\_\_. **O espaço público na cidade contemporânea.** São Paulo: Contexto, 2009. p. 69-106.